

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEMOS 2019

O CONFLITO DO BOKO HARAM NA NIGÉRIA:
uma análise sob à ótica da teoria do Choque das Civilizações

Rio de Janeiro

2019

CEMOS 2019

O CONFLITO DO BOKO HARAM NA NIGÉRIA:
uma análise sob à ótica da teoria do Choque das Civilizações

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CEMOS 2019

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2019

AGRADECIMENTOS

À minha amada esposa CEMOS 2019, pelo seu sacrifício, dedicação e apoio incondicional que me permitiram realizar este trabalho.

Ao meu filho CEMOS 2019, pela compreensão que teve durante minha ausência.

Ao CEMOS 2019, pela compreensão e pela orientação prestadas.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o contexto sócio-histórico da República Federativa da Nigéria com o intuito de identificar os possíveis motivos que ocasionaram o surgimento do grupo insurgente islâmico Boko Haram. Usando a teoria do Choque das Civilizações de Samuel Huntington para orientar a observação, é verificado se os atos do Boko Haram e o conflito propriamente entre o grupo e o Estado nigeriano, no período de 2009 a 2015, se caracterizam como um conflito de linha de fratura, que é o conflito típico descrito pela referida teoria. São estudados os aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos mais relevantes desde do período pré-colonial nigeriano. Por fim, são examinadas as origens do Boko Haram, suas pretensões e a evolução dos seus atos que os tornaram um dos grupos jihadistas mais violentos do mundo, bem como quais foram as medidas tomadas pelas forças de segurança nigeriana para conter este conflito. Após uma análise de todo esse cenário à luz da teoria do Choque das Civilizações, conclui-se que a teoria evidencia alguns motivos do surgimento do grupo insurgente, contudo, apesar de possuir características semelhantes, o conflito do Boko Haram na Nigéria, não pode ser considerado como um conflito de linha de fratura.

Palavras-chave: Nigéria. Boko Haram. Choque das Civilizações. Conflitos de Linha de Fratura.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa das principais civilizações, segundo Huntington	51
Figura 2 - Distribuição de grupos étnicos da Nigéria	52
Figura 3 - Concentração de poços petrolíferos na Nigéria	53
Gráfico 1 - Pessoas vivendo em extrema pobreza	54
Gráfico 2 - Estados com maiores quantidades de população em extrema pobreza	54
Figura 4 - Ataques do Boko Haram na Nigéria.....	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 A TEORIA DO CHOQUE DAS CIVILIZAÇÕES	9
2.1 MUNDO MULTICIVILIZACIONAL	9
2.2 ESTADOS-NÚCLEOS.....	11
2.3 RECOMPOSIÇÃO DA ORDEM MUNDIAL.....	13
2.4 CONFLITOS NA LINHA DE FRATURA.....	15
3 CONTEXTO GEOPOLÍTICO NIGERIANO	20
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS.....	20
3.2 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS	24
4 BOKO HARAM E O CONFLITO NA NIGÉRIA	29
4.1 SURGIMENTO DO BOKO HARAM.....	30
4.2 ESCALADA DA VIOLÊNCIA.....	31
4.3 A RESPOSTA DO GOVERNO NIGERIANO.....	36
5 ANÁLISE DO CONFLITO	39
5.1 ESTUDO SOB A LUZ DO CHOQUE DAS CIVILIZAÇÕES	39
5.2 EXISTE UM CONFLITO DE LINHA DE FRATURA NA NIGÉRIA	42
6 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

A República Federativa da Nigéria está localizada na África Ocidental, fazendo fronteira ao leste com a República do Camarões, ao Oeste com a República do Benim, ao Norte com a República do Niger e ao Nordeste com a República do Chade. Apesar de ser o 14º país em extensão territorial do continente é o país africano mais populoso, com cerca de 200 milhões de habitantes, tendo a cidade de Lagos como a mais populosa. A forma do Estado é o Federativo, dividido em 36 estados, sendo a cidade de Abuja sua capital.

Como a grande totalidade dos Estados africanos, a Nigéria é uma construção política artificial criada pelos europeus, no caso pelo colonialismo britânico. Desde o período pré-colonial, as etnias que compõem o território nigeriano nunca foram unidas e tão pouco possuíam vínculos sociais entre si.

Desde da sua independência em 1960, a instabilidade política é fator característico, e ocorreram golpes e contragolpes militares até ser restabelecido o regime democrático a partir de 1999. A Nigéria possui um grave problema socioeconômico, principalmente na região Nordeste do país, onde os cidadãos não possuem o sentimento de legitimidade do Estado. Nesse cenário ocorreu no final da década de 90 o surgimento do grupo radical islâmico Boko Haram.

Em 1993, o cientista político Samuel Huntington, ex-professor na Universidade de Harvard e Diretor de Planejamento de Segurança do Conselho de Segurança Nacional do Governo Carter escreveu um artigo chamado “O Choque das Civilizações?”, que gerou grande repercussão e enorme controvérsia. O foco central da publicação era o cenário mundial Pós Guerra Fria¹, os principais conflitos mundiais não seriam de ordem econômica e ideológica e sim de origens culturais e civilizacionais. Com o intuito de desenvolver seus argumentos e

¹ Guerra Fria: designação do período de intensa hostilidade sem guerra efetiva. A rivalidade bipolar entre a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América eram tão intensas que era esperado um conflito armado entre as superpotências. A Guerra Fria durou quatro décadas, de 1947 a 1989 (NYE JR., 2009).

realizar novas análises escreveu o livro “O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial”.

O presente estudo se justifica pela localização geográfica da Nigéria, situada no golfo da Guiné, no Atlântico Sul, encontrando-se no entorno estratégico da Marinha do Brasil conforme estabelecido pela Política de Defesa Nacional Brasileira. Outro fator importante são as relações comerciais que o Governo brasileiro mantém com esse Estado, principalmente na importação de petróleo².

O objetivo deste trabalho é analisar o contexto socio-histórico nigeriano com a finalidade de identificar à luz de um arcabouço teórico os motivos que originaram o surgimento do grupo radical islâmico Boko Haram, bem como o desenvolvimento de suas ações.

Dessa forma, o propósito do trabalho é verificar se as ações e conflito propriamente em si, entre o grupo Boko Haram e as forças de segurança nigerianas, possuem as características de um conflito de linha de fratura, combate este típico da teoria a ser apresentada. Para tal, a moldura temporal dos atos do Boko Haram será considerada de 2009 a 2015.

A pesquisa será estruturada em uma introdução, quatro capítulos de análise e uma conclusão. No segundo capítulo, serão examinados os fundamentos teóricos, que permitirão a compreensão da pesquisa, bem como os conceitos nela adotados. O objetivo será que os entendimentos teóricos sobre o Choque das Civilizações possam orientar a análise do contexto socio-histórico nigeriano e auxiliar no atingimento do propósito deste trabalho.

No terceiro capítulo, relatar-se-á os aspectos histórico, políticos, sociais e econômicos do Estado nigeriano para uma melhor compreensão do cenário vivido pela sua população até o surgimento do grupo Boko Haram. No quarto capítulo, será apresentada a origem do Boko

² Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP, 2018), em 2017, 14,39% do petróleo importado pelo Brasil era proveniente da Nigéria.

Haram, sua evolução e os atos que os transformaram em um grupo insurgente e as medidas realizadas pelas forças de segurança nigeriana para combater esta organização.

No quinto capítulo, será analisada a situação da Nigéria, sob a ótica do arcabouço teórico do Choque das Civilizações com o intuito de identificar os motivos do surgimento do Boko Haram e se o conflito entre o grupo radical e o Estado nigeriano possuem a característica de ser um conflito de linha de fratura.

Desse modo, na próxima seção serão examinados os fundamentos teóricos sobre o Choque das Civilizações.

2 A TEORIA DO CHOQUE DAS CIVILIZAÇÕES

Neste capítulo, serão estudados os fundamentos teóricos, que possibilitará a compreensão da pesquisa, bem como os conceitos nela adotados. Será composto por quatro seções. Na primeira, será exposto a conjectura de que o mundo se tornou multicivilizacional após o fim da Guerra Fria. Na segunda, serão relatadas quem são os Estados-núcleos das grandes civilizações e por quais motivos certas civilizações não os possuem. Na terceira seção, será sugerida uma alteração do *status quo* e a nova recomposição da ordem mundial nas Relações Internacionais. Por fim, na quarta seção, será apresentado o conceito do conflito de linha de fratura, bem como suas principais características.

2.1 MUNDO MULTICIVILIZACIONAL

O desenvolvimento da teoria do Choque das Civilizações teve início nos anos anteriores ao fim da Guerra Fria. Período em que, na visão de Huntington (1996), após a queda da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a política mundial tornou-se Multipolar e Multicivilizacional. Continuando o seu ponto de vista, vislumbra que modernização não estava produzindo uma civilização universal e nem a ocidentalização das sociedades não-ocidentais. No que se refere às Relações Internacionais, os Estados Nações continuavam sendo os principais atores.

A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre outros grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais. As guerras tribais e os conflitos étnicos irão ocorrer no seio das civilizações. Entretanto a violência entre Estados e grupo de civilizações diferentes carrega consigo o potencial para uma escalada na medida que em outros Estados e grupos dessas civilizações acorrem em apoio aos seus “países afins” (HUNTINGTON, 1996, p.21).

O conhecimento de alguns conceitos é imprescindível para estudarmos o mundo como ele se encontra na atualidade, multicivilizacional. Civilização pode ser definida como a identidade cultural mais ampla de um povo. A partir dela as pessoas se identificam umas com as outras, se ligam a traços comuns como história, costumes, língua e religião, sendo a religião o elemento que mais define um indivíduo. Um exemplo em que podemos observar isso de maneira bem clara é o Islã e o Cristianismo, em que é evidente o agrupamento de várias raças distintas em torno da fé. Uma civilização pode possuir vários Estados com formas de governos diferentes, ou em um único Estado pode haver mais de uma civilização inserida. Desta forma, esta não pode ser considerada como uma unidade política. Ao longo do tempo novas civilizações podem surgir, podendo também haver a fusão de umas com as outras ou até mesmo se extinguirem como as antigas civilizações Maia e Mesopotâmica (HUNTINGTON, 1996).

Em sua perspectiva, Huntington (1996) vislumbra o mundo dividido em sete ou oito civilizações principais a saber: Japonesa, Latino-Americana, Cristã Ortodoxa, Islâmica, Ocidental, Africana, Sínica ou Chinesa e Hinduísta (Figura 1, Anexo A). Muitos estudiosos não consideram a existência de uma civilização Africana, já que o seu continente tem influência e traços da cultura ocidental em algumas localidades, advindo do período da colonização europeia com forte presença do Cristianismo. Além disso, ao longo dos séculos nas regiões Norte e Leste da África pode-se observar forte presença por parte da civilização Islâmica e também por diversas tribos com identidades culturais bem distintas em todo o continente. Contudo, após o período de independência dos Estados Africanos, sua grande maioria na década de 60, iniciou-se um processo de construção de uma identidade africana, que se intensifica cada vez mais, principalmente na África Subsaariana (HUNTINGTON, 1996).

2.2 ESTADOS-NÚCLEOS

O equilíbrio de poder mundial da bipolaridade estadunidense e soviética foi substituído pelos Estados-Núcleos (ENs) das principais civilizações, que são: os Estados Unidos da América (EUA) e a União Europeia pelos Ocidentais, a República Popular da China pela civilização Sínica, a República da Índia pelos Hinduístas, a Federação Russa pelos Cristãos Ortodoxos e o Estado do Japão pela civilização Japonesa. Tais Estados exercem liderança e dão suporte aos demais países da sua civilização, tendo em contrapartida a lealdade e apoio nas ações políticas internacionais adotadas com os países de outras civilizações (HUNTINGTON, 1996).

As civilizações Africana, Latino-Americana e a Islâmica não possuem um Estado-Núcleo (EN), sendo assim, encontram-se mais propensas à existência de instabilidades internas. Dessa forma, estas civilizações podem apresentar mais dificuldade na resolução e mediação de conflitos com Estados-Membros de outras civilizações. Um dos motivos atribuídos para que essas civilizações não possuam ENs foi a ocupação dos seus territórios pelas potências ocidentais ao longo dos séculos. Tal ocupação teve com maior relevância no Oriente Médio e na África, principalmente no período do Imperialismo Europeu que, durante o século XIX, dividiram geograficamente territórios, onde hoje são os atuais Estados, sem levar em consideração os diferentes grupos étnicos presentes na região (HUNTINGTON, 1996).

Huntington (1996) avistou a República Federativa do Brasil como possível candidata a ser um EN, para tal, algumas características são descritas como fundamentais, dentre elas podemos destacar a sua dimensão territorial, os recursos naturais, além da capacidade econômica e militar. Entretanto, as diferenças civilizacionais como a questão de falar um idioma diferente do oficialmente falado nos demais países latino-americanos é um fator chave que dificulta a solidificação da sua liderança.

Na África, os países que despontaram a fazer esse papel de liderança das civilizações são a República Federal da Nigéria e a República da África do Sul, ambos colonizados pelos britânicos. O Estado nigeriano pelos seus recursos naturais, posição geográfica e dimensão, seria um forte candidato a EN, no entanto, seus problemas sociais, políticos e interciviliizacionais faz com que ele seja desqualificado para tal. O Estado Sul-africano pode ser considerado como o de maior potencial para atuar como EN, principalmente devido ao seu poderio econômico, militar e a seus recursos naturais. Além disso, as experiências vividas pelo Apartheid³ e o fato de este já representar uma liderança na África Meridional podem contar como pontos favoráveis à tal indicação (HUNTINGTON, 1996).

A falta de um Estado que tenha uma ascensão religiosa e cultural aliado a uma superioridade econômica e militar que possa exercer uma liderança política aos demais países muçumanos é um fator determinante para existência de uma quantidade considerável de conflitos tanto externos como internos nos países muçumanos. A República Islâmica do Irã poderia ser um possível candidato a exercer tal liderança, principalmente pela grande quantidade de petróleo existente em seu território, suas tradições históricas, sua grande população e localização estratégica. Porém, o fato de a sua população ser majoritariamente da etnia xiita e o idioma oficialmente falado ser o farsi (também conhecido como persa), faz com que este diferencie-se significativamente dos demais Estados islâmicos, que possui maioria de etnia sunita (cerca de 90%), funcionando como um entrave para que este se torne um EN (HUNTINGTON, 1996).

A República da Turquia, antigo centro de poder do Império Otomano, poderia ser considerada como a mais qualificada para ser o EN, principalmente porque ela possui uma

3- A palavra apartheid significa “separação”, “identidade separada”, e se refere à política de discriminação racial adotada na África do Sul durante a segunda metade do século XX (...) No início da década de 1990, no entanto, o regime do apartheid perdeu fôlego. Algumas regras rígidas de separação racial foram flexibilizadas e outras se extinguíram. Muitos líderes negros foram soltos. Em 1993 finalmente foram realizadas eleições livres e Mandela foi eleito presidente da África do Sul. Terminava aí um grande período de dominação da elite branca no país. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.r7.com/apartheid-saiba-o-que-foi-e-como-dividiu-africa-do-sul-entre-negros-e-brancos/>. Acesso em 07 de julho de 2019.

economia robusta, uma Forças Armadas considerável, além de vínculos históricos com os povos mulçumanos do Oriente Médio, Norte da África e nos Bálcãs (HUNTINGTON, 1996). Contudo, sua sociedade secular e o desejo de participar da União Europeia, não o legitima a se tornar o líder da civilização Islâmica. Essa falta de coesão somada as altas taxas de crescimento demográfico mulçumano podem ser consideradas como uma fonte de ameaças para as outras civilizações.

2.3 RECOMPOSIÇÃO DA ORDEM MUNDIAL

Huntington (1996) argumenta o pressuposto de que há o surgimento de uma civilização universal com a retórica da ocidentalização dos povos não-ocidentais. Isso é justificado pelo contexto histórico pós-Guerra Fria; em que a queda do Comunismo e a ascensão do Liberalismo, que consolidou a superioridade econômica e política da civilização ocidental, e a Globalização, em que o modo de vida ocidental, em especial a estadunidense, foi massivamente difundido principalmente por meio da internet para outras culturas. Porém, essa ideia é somente compreendida pelos Ocidentais, que entendem que os outros povos deveriam implementar os valores ocidentais tais como o livre mercado, direitos humanos e Estado de direito. Os povos não ocidentais veem essa ideologia com ceticismo e árdua oposição e entendem esse movimento como uma malévolos intenção de expansão de poder e de manter as demais civilizações em condição de subserviência.

Outro ponto de vista apresentado por Huntington (1996) que vai contra o argumento do Universalismo Ocidental é que está ocorrendo uma alteração do *Status Quo* no equilíbrio de poder mundial entre as civilizações. Nele é observado um declínio da civilização Ocidental e uma ascensão das civilizações Sínica e Islâmica. Tal fato pode ser verificado principalmente pelo crescimento econômico das sociedades asiáticas, em posição de destaque observamos a

República Popular da China que, pelo seu poderio, está exercendo influência em regiões do mundo que antes eram influenciadas pelos os Estados do Ocidente e pelo alto crescimento populacional dos povos mulçumanos.

Populações maiores necessitam de mais recursos e, por conseguinte, as pessoas em sociedades com populações densas ou em rápido crescimento tendem a um movimento centrífugo, a ocupar territórios e exercer pressão sobre outros povos menos dinâmicos demograficamente. Desse modo, o crescimento populacional islâmico é um importante fator, que contribui para os conflitos ao longo das fronteiras do mundo islâmico, entre mulçumanos e outros povos. A pressão populacional, combinada com a estagnação econômica, promove a migração muçulmana para a sociedade ocidental e outras sociedades não-ocidentais, elevando a imigração à condição de um problema nas mesmas. A justa posição de um povo em rápido crescimento de uma cultura e um povo crescendo pouco ou estagnado de outra cultura gera pressões por ajustes econômicos e/ou políticos em ambas as sociedades (HUNTINGTON, 1996, p.148 e 149).

A partir da década de 70 foi observada a ocorrência de um processo chamado Resurgimento Islâmico. Esse movimento é fruto da modernização mundial, uma resposta a ocidentalização onde as condutas e atitudes difundidas por esse modelo de vida, são rechaçados pelos mais atuantes do islamismo, fazendo com que os mulçumanos voltassem as suas “origens”. Ocorreu inicialmente a nível cultural, passando posteriormente aos níveis político e social. Dentro desse movimento, há um grupo mais extremista, os chamados Fundamentalistas Islâmicos. Seus líderes possuem como uma característica marcante a juventude. São jovens com uma formação acadêmica considerável, mesmo fazendo parte de uma classe econômica média para baixa, sendo os primeiros de suas famílias a saírem da zona rural, passando a morar em grandes centros urbanos (HUNTINGTON, 1996).

Nas décadas de 70 e 80, podemos observar o crescimento da população urbana, em que os migrantes mulçumanos provenientes das áreas rurais viviam em condições precárias. Os líderes dos grupos fundamentalistas, aproveitando-se dessa situação, conseguiram arregimentar essa população ofertando principalmente serviços sociais. Já nos anos 80 e 90, esses movimentos tiveram uma maior participação na área política, realizando oposição aos governos

instituídos. A partir do término da Guerra Fria, muitos desses grupos foram apoiados por alguns governos muçumanos para se contraporem à movimentos nacionalistas hostis e comunistas (HUNTINGTON, 1996).

No final do século XX há um recrudescimento das tensões entre o Ocidente e o Islã, e os motivos foram primeiramente o fim do Comunismo Soviético, que era um inimigo comum. Primeiramente, o Ressurgimento Islâmico reavivou a percepção da identidade muçumana na sociedade islâmica em oposição a intenção do Ocidente de implementar os valores ocidentais no mundo através da Universalização Ocidental. Tal universalização tinha como propósito a manutenção do poderio militar e econômico do Ocidente. Outro motivo do aumento das tensões foi o crescimento populacional muçumano, ocasionando a existência de “bolsões de jovens” sem uma perspectiva de vida que são arregimentados por grupos extremista e insurgentes islâmicos, o que pode desestabilizar o equilíbrio de poder mundial.

2.4 CONFLITOS NA LINHA DE FRATURA

As civilizações são um conjunto de elementos culturais que ultrapassam as fronteiras territoriais dos Estados e não são perfeitamente definidas. Quando estão envolvidas diferenças culturais os conflitos são amplificados, nestes casos, questões que seriam possivelmente solucionadas tornam-se mais difíceis de se chegar a um acordo. Os conflitos de linha de fratura podem ser definidos por embates entre grupos de civilizações diferentes ou países, de forma que ocorra entre o Estado e um grupo não governamental; entre grupos não governamentais ou entre dois Estados. Os conflitos entre ENs estão mais presentes no âmbito das Relações Internacionais, onde através da diplomacia e da política procura-se estabelecer parcerias com Estados da mesma civilização. Também podem ser observados conflitos ou no campo econômico, através de embates no comércio internacional ou por medidas de sanções econômicas por

exemplo. Contudo, não é esperado que ocorra o emprego de forças militares entre eles (HUNTINGTON, 1996).

Huntington (1996) nos fala que as guerras de linha de fratura têm suas raízes na identidade das pessoas, ocorrendo na maioria das vezes entre povos de religiões diferentes. Além disso, são mais duradouras quando comparadas a outros tipos de conflitos, parecendo ser intermitente e infundável, principalmente quando ocorre somente dentro de um Estado. Nesse contexto, existe uma grande dificuldade de que as partes envolvidas negociem entre si, e quando chegam a um acordo, normalmente este não dura muito tempo. No entanto, quando há a ocorrência de grandes atos de violência; quando as partes chegam à exaustão; ou quando há a falta de mobilização popular, o combate termina por regredir, havendo posteriormente a retomada das negociações e normalmente o conflito fica abrandado por um certo período para depois eclodir novamente por um motivo qualquer.

Huntington (1996) nos fala ainda que esse tipo de guerra possui como característica a violência, sendo estas mais sanguinárias e cruéis quando comparadas às guerras convencionais. Com o avanço do combate, cada parte tenta passar a imagem de que seu oponente é um ser desumano com o intuito de legitimar as mortes ocasionadas pelo embate. Quando se tem por objetivo a conquista de um território ou obter uma vitória decisiva, tendem a ser extremamente violentos, ocorrendo atos de terrorismo, torturas e estupros, ocasionando o que chamamos de “limpeza étnica”, e o genocídio, originando muitos mortos e refugiados.

Os avanços tecnológicos dos meios de comunicação tornam o mundo cada vez menor, o que conseqüentemente ocasionou a “universalização” desses tipos de conflitos. Dessa forma, grupos e Estados de mesma identidade civilizacional podem oferecer suportes tais como logísticos, diplomáticos, econômicos e de opinião pública internacional favorável. O envolvimento dos atores, que não estão efetivamente no campo de batalha no nível primário, possui um grau de envolvimento distinto, já em um nível secundário normalmente encontramos os

Estados que possuem vínculo direto com as partes principais. Em um nível mais distante, em um grau terciário, estão os Estados de mesma identidade civilizacional com relevância no cenário mundial sendo na maioria dos casos os ENs das principais civilizações (HUNTINGTON, 1996).

A maior incidência desse tipo de conflito ocorre entre os povos muçumanos e não muçumanos. Ao longo da história o relacionamento entre a religião Islâmica e o Cristianismo, tanto Ocidental quanto Ortodoxo, foram bastante conturbados. Alguns exemplos disso foram a primeira expansão Árabe com a ocupação do território do Norte da África e Península Ibérica iniciada no século VII, movimento das Cruzadas em direção à Terra Santa e a cidade de Jerusalém, e a ocupação de grande parte dos Bálcãs pelo Império Otomano. Os conflitos entre essas religiões de um modo mais amplo provêm da diferença entre a concepção muçumana, onde há a junção da política e religião como forma de governo, e a concepção cristã que há a separação da religião e política. Um outro fator que pode ser responsável por gerar tais conflitos é a semelhança de ambas as religiões ao expressarem a ideia de serem a única fé verdadeira e terem a necessidade de converter as outras pessoas que não comungam do mesmo credo (HUNTINGTON, 1996).

Huntington (1996) observou um recrudescimento das guerras de linha de fratura no final de século XX onde os povos islâmicos tiveram participação expressiva nesses conflitos. Os argumentos utilizados são de que as doutrinas do Islã ditam a guerra contra os infiéis, como por exemplo a Jihad (Guerra Santa)⁴, o Alcorão⁵ e outros textos da fé muçumana, que contém pouco sobre proibições a violência, transformando assim, a sociedade muçumana mais

4- Jihad: Em árabe, a palavra significa "esforço" ou "luta". No islã, isso pode significar a luta interna de um indivíduo contra instintos básicos, o esforço para construir uma boa sociedade muçumana ou uma guerra pela fé contra os infiéis. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141211_jihadismo_entenda_cc. Acesso em 07 de julho de 2019.

5- Alcorão: texto sagrado do Islã. O nome, em árabe, significa 'lido' ou 'recitado'. (...) livro que contém, para os muçulmanos, uma série de revelações de Alá (Deus) a Maomé. Estas revelações começaram nas primeiras décadas do século VII, quando Maomé já tinha 40 anos, e ocorreram em Meca (Makka), cidade natal do Profeta, e Medina (al-Madinah). Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/arabe/alcorao.htm>. Acesso em 08 de julho de 2019.

militarizadas quando comparada com as demais. Outro aspecto é o grande crescimento da sua população, fato este que gera pressões políticas, sociais e econômicas sobre os demais povos, desencadeando reações para se contrapor a essa situação. Esta explosão demográfica, gerou uma grande quantidade de jovens homens muçumanos desempregados, que é uma fonte de violência e instabilidade quando estes são cooptados por grupos extremistas. Por fim, a ausência de um EN líder na civilização islâmica, não existindo um Estado mediador de conflitos entre muçumanos e não muçumanos contribui para o aumento desses conflitos.

Como se encerram as guerras de linha de fratura? Todo conflito naturalmente tem que se encerrar em algum momento, como já vimos pelas as suas características dificilmente este tem um fim de forma absoluta devido às relações adversas existentes ao longo do tempo baseadas em suas religiosidades e identidades civilizacionais.

Assim sendo, para conseguir uma parada na luta numa guerra de “modo completo”, é preciso:

- envolvimento ativo das partes secundárias e terciárias;
- negociação pelas partes terciárias dos termos amplos para fazer parar a luta;
- emprego pelas partes terciárias de recompensas e penalidades para conseguir que as partes secundárias aceitem esses termos e pressionem as partes primárias para que os aceitem;
- retirada pelas partes secundárias do seu apoio às partes primárias, e, na realidade, traição a estas últimas;
- como resultado dessa pressão, a aceitação dos termos pelas partes primárias, os quais, evidentemente, elas violarão quando acharem que é do seu interesse fazê-lo. (HUNTINGTON, 1996, p.376)

Podemos sugerir que a teoria do Choque das Civilizações é uma interpretação da perspectiva política mundial no contexto temporal pós-Guerra Fria, onde encerrava-se a bipolaridade estadunidense e soviética. Neste cenário, o mundo havia se tornado multipolar e multicivilizacional, onde os Estados permanecem como os principais atores das Relações Internacionais com o destaque para os ENs das principais civilizações. A modernização econômica em que o Liberalismo e a Globalização foram a “força motriz” desse processo não resultou na civilização universal, e com isso, a não ocidentalização das outras sociedades não-ocidentais.

O crescimento econômico dos Estados asiáticos em especial da República Popular da China e as altas taxas de crescimento populacional dos povos muçumanos juntamente com o Ressurgimento Islâmico está provocando uma mudança do *Status Quo* do cenário mundial, com o crescimento de poder das civilizações Sínica e Islâmica e o enfraquecimento da civilização Ocidental.

Apresentou uma tese controversa em que os próximos conflitos mundiais de grande magnitude seriam em termos de diferença culturais e civilizacionais e não de ordem econômica e ideológica, a civilização é o elemento de identidade dos indivíduos, tendo a religião a sua maior relevância. Os conflitos realizados entre as fronteiras civilizacionais, as guerras de linha de fratura, teriam o potencial de serem extremamente violentas e com o apoio e suporte dos seus países afins poderiam ser levados a escala global, cabendo, assim, às lideranças da política mundial realizar gestões a fim de evitar um embate dessa proporção.

Concluído o compêndio sobre a teoria do Choque das Civilizações, no próximo capítulo abordaremos as circunstâncias socio-históricas e o contexto geopolítico da República Federal da Nigéria que resultaram na criação do movimento insurgente Boko Haram.

3 CONTEXTO GEOPOLÍTICO NIGERIANO

Neste capítulo, será realizado uma breve síntese do cenário geopolítico nigeriano desde a sua formação como Estado até os dias atuais. Na primeira seção, será apresentado os aspectos históricos e políticos, e na segunda seção, os aspectos socioeconômicos.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS

A Nigéria é formada pela união de antigos impérios, reinos, cidades-estados e califados, sendo seu território, ao longo do tempo, constituído de sociedades organizadas. Suas fronteiras atuais foram originadas pelo resultado do comércio de escravos, de produtos agrícolas e da colonização europeia. Na região Norte, desde o período pré-colonial há a presença do Islã. O reino de Kanem-Bornu no século XI, o Império Songai no século XV e o Califado de Sokoto no século XX, são exemplos dessa presença. Na região Oeste, centro cultural dos Yourubás, havia o Império de Benin e na região Leste, não havia um Estado ou Reino, as comunidades vivam descentralizadas em assentamentos distantes entre si (BURBANK, 2014).

Os portugueses foram os primeiros europeus a pisar em solo nigeriano no século XV, comercializando inicialmente produtos agrícolas para posteriormente expandirem rapidamente para um grande mercado de escravos, principalmente na região Oeste. Os portugueses foram sucedidos pelos comerciantes holandeses, franceses e ingleses. Nos meados do século XIX o Império Britânico decidiu extinguir o comércio de escravos, porém, a cidade de Lagos, na região leste, tentou mantê-lo de forma clandestina. A intervenção das forças militares britânicas fez-se necessária para colocar um fim a esse comércio em 1851, o que culminou com a ocupação efetiva na região em 1861. Na região oeste, os britânicos, em 1884, monopolizaram o comércio do principal produto que era o azeite de dendê, e após uma expedição comercial ter

sido completamente massacrada pelos locais, o Império de Benim é arrasado por tropas britânicas que destruíram a cidade de Benim, resultando no fim desse Império (BURBANK, 2014).

O Califado de Sokoto criado em 1817, foi originado ao longo de uma série de jihads, que detinham o controle de grande parte da região Norte e possuíam uma efetiva estrutura social, com taxas sobre a terra e a produção agrícola que eram cobradas nas comunidades, as receitas eram concentradas numa administração central, em que os recursos foram utilizados para construção de mesquitas e ajuda aos pobres. Após uma série de invasões e pressões do colonialismo britânico, o Sultão se rendeu em 1903 (BURBANK, 2014).

Após a realização da Conferência de Berlin (15 de novembro de 1884 – 26 de fevereiro de 1885), em que ficou determinado o reconhecimento do direito da soberania de posse de um determinado território africano através da sua ocupação permanente, ocasionou a efetiva colonização e divisão da África. A conquista política e territorial da Nigéria provocou um embate entre o Império britânico e o Império francês, pois, os britânicos não iriam permitir a hegemonia francesa em toda África Ocidental. Nessa época, os franceses já tinham a posse dos territórios que hoje são a República Togolesa e a República de Camarões (DE CASTRO, 1981).

A colonização da Nigéria tinha a característica de repassar as autoridades locais as responsabilidades administrativas ficando a supervisão numa unidade central do império britânico. Em 1914 foi constituído o Protetorado Britânico após a unificação dos protetorados do sul e do norte da Nigéria, que foi extremamente benéfico financeiramente para os colonizadores, seus principais produtos comercializados eram o algodão, amendoim, cacau, madeira e azeite de dendê. Os britânicos realizaram a construção de estradas, linhas de ferro que escoavam esses produtos para as principais cidades: Lagos e Porto Harcourt (BURBANK, 2014).

Segundo de Castro (1981), a independência dos países africanos deu-se origem com a perda de relevância das nações colonialistas europeias no âmbito das Relações Internacionais

do pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918) em diante, além disso, outro fator importante foi o aumento de uma série de conferências e congressos que aliada com a própria Organização das Nações Unidas, contribuíram com a narrativa do direito nacional de independência. Após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), uma nova constituição estabeleceu três regiões de Governo (Norte, Leste e Oeste), mantendo um governo central de controle britânico. O objetivo era de manter as tensões regionais e religiosas estabilizadas, novas versões em 1951 e 1954 deram mais poderes aos governos regionais (BURBANK, 2014).

Em 1960, a Nigéria obteve sua independência e em primeiro de outubro de 1963 tornou-se um República Federativa, sendo seu primeiro presidente Azikiwe. Os primeiros anos de independência foram caracterizados por conflitos regionais, acrescido por problemas de corrupção que culminaram em um golpe militar em 1966 liderado pelo General Johnson Aguiyi-Housi, da etnia Igbo. A constituição foi revogada e formou-se um Conselho Militar Supremo, provocando reações violentas no Norte, resultando na morte de um grande número de cidadãos Igbos, que eram minoria na região. Em julho do mesmo ano, o presidente foi morto e o General Yakuba Gowon, da etnia Hausa-Fulani se torna o novo Comandante Supremo do país (BURBANK, 2014).

O parlamento do Leste, de maioria da etnia Igbo, anunciou a secessão da região, proclamando a independência da República da Biafra pelo líder da região oriental, dando origem a uma guerra civil de violentos combates, iniciada em 1967, com cerca de um milhão de mortes, sendo que muitos civis morreram de fome. Uma estrutura de 12 estados foi implementada com o intuito de destinar uma maior representação para outros grupos étnicos, após o cessar-fogo em janeiro de 1970, as regiões centro-leste foram reintegradas ao país, o regime militar de Gowon perdurou até 1975 (BURBANK, 2014).

Depois do Governo de Gown, excetuando o período de 1979 a 1983 onde houve um governo civil, a Nigéria foi governada até 1999 por oito regimes militares ditatoriais, ocorrendo golpes e contragolpes com tentativas frustradas de eleições civis que eram canceladas por serem consideradas fraudulentas. Após longo período de pressão popular o regime democrático foi restabelecido, tendo sido eleito Olusegun Obasanjo com a missão de investigar e punir as violações dos direitos humanos ocorridos nos regimes militares, combater a corrupção das instâncias governamentais e militares e a estagnação econômica. No mesmo período, houve um aumento dos conflitos étnicos e religiosos devido à implantação da lei islâmica nos Estados do norte da Nigéria. No ano de 2003 o Presidente Obasanjo conseguiu sua reeleição. Nas eleições de 2007 Umaru Yar'Adua elegeu-se presidente, porém, por motivo de saúde, buscou tratamento para sua doença em outro país, vindo a falecer posteriormente. Dessa forma, o vice-presidente Goodluck Jonathan assume o comando da Nigéria e é reeleito em 2011 (BURBANK, 2014).

Nas eleições de 2015 o candidato da oposição, Muhammadu Buhari, prometeu uma ruptura do passado, em 1983 foi o chefe de estado após um golpe contra o governo eleito de Shehu Shagari. Sua campanha teve como principais metas o fim da corrupção, a recuperação da economia e o combate a insurgência islâmica do Boko Haram. Com sua imagem pública de incorruptível e severo disciplinador, após concorrer três vezes, Buhari venceu democraticamente a eleição. Pela primeira vez um presidente não alcançou a reeleição no Estado nigeriano. Durante seu mandato, Buhari manteve a sua imagem de homem público honesto, fato raro entre políticos nigerianos, com a política de combate a corrupção. Somada a repressão realizada ao Boko Haram que resultou em uma melhoria da segurança da região nordeste, ele conseguiu sua reeleição em 2019 apesar do número menor de comparecimento de eleitores, principalmente na região norte onde é a sua maior base eleitoral (BBC,2019).

3.2 Aspectos Socioeconômicos

Durante a colonização britânica a Nigéria foi dividida em dois Protetorados (Norte e Sul), o intuito dessa separação administrativa fora a clara delimitação social entre as regiões, os cristãos e animistas ao sul e os islâmicos ao norte. Há centenas de línguas faladas na Nigéria, dentre todas três são consideradas como principais, Yoruba, Hausa e Igbo faladas respectivamente por grupos étnicos de mesmo nome. Os Hausa / Fulani islâmicos predominam as regiões ao norte, os Yoruba animistas nos territórios a oeste do rio Níger e os Igbos cristianizados a leste próximos a fronteira com Camarões (Figura 2, Anexo B) (RIVER, 2015). Atualmente o Estado nigeriano possui a quinta maior população de muçulmanos do mundo, sendo a sua maioria de sunitas, correspondendo a 50% da população nigeriana, enquanto os cristãos correspondem a 40 % e os animistas a 10% (Xavier e Filippi, 2017).

A maior presença e ação dos missionários cristãos se deu na região onde concentrava-se o povo Igbo, ocorrendo a implementação de uma educação de estilo britânica, enquanto o norte islâmico baseado em suas estruturas antiquadas teve maior resistência ao Cristianismo e à educação ocidental (RIVER, 2015). Como consequência os Igbos tiveram uma maior participação na administração da colônia e após a independência nos principais quadros administrativos do governo, que criaram ressentimentos por grupos do norte e resultando para essa população trabalhos menos qualificados e logo com menores rendimentos (BURBANK, 2014).

Pode-se perceber que os britânicos não mensuraram o quanto era grande o grau de tensões étnicas existentes na Nigéria. A partir do momento da independência do país, em que não havia uma entidade superior controladora, essas tensões eclodiram, ocasionando logo após a independência golpes de estados e a Guerra Civil da Biafra (1967 a 1970).

A economia Nigeriana desde o período colonial era baseada no comércio de produtos agrícolas, em 1958 foi descoberto jazidas de petróleo no delta do Rio Níger, região de maioria cristã, onde se concentra os principais poços petrolíferos do país (Figura 3, Anexo C). Desde então a exploração de petróleo e gás é a principal e majoritária fonte do Produto Interno Bruto (PIB) nigeriano (Xavier e Filippi, 2017). Em 2017 os principais destinos de exportação foram a República da Índia (18%), EUA (14%) e o Reino da Espanha (9,7%), enquanto os de importação foram a República Popular da China (28%), Bélgica-Luxemburgo (8,9 %) e Países Baixos (Holanda) (8,3%) (OEC, 2018).

Ter uma economia baseada majoritariamente na exploração de petróleo e gás pode ser um grande problema, pois o país fica à mercê dos preços mundiais dos barris de petróleo e de maior competição quando são encontradas novas jazidas em países concorrentes (Xavier e Filippi, 2017). Outro problema é que em governos não estruturados democraticamente, o petróleo pode ser uma fonte massiva de corrupção, por não existir agências reguladoras que verifiquem o cumprimento de normas em contratos e a fiscalização da exploração e produção dos barris de petróleo somado a inexistência de um poder judiciário isento para punir as pessoas que descumprem as referidas normas.

Ao longo do tempo houve a implementação de Planos Nacionais que tinham como meta o desenvolvimento do setor industrial que não surtiram efeito, exemplo disso, é o *Nigeria Industrial Revolution Plan - NIRP* criado no Governo Goodluck Jonathan em 2014, onde evidencia os problemas do setor como infraestrutura, metodologia e padrões de trabalho inadequado, a falta de políticas públicas para o fomento da inovação e um mercado consumidor com pouco poder de compra. A Nigéria possui uma boa localização estratégica no Atlântico Sul, um enorme mercado interno com quase 200 milhões de pessoas e uma força de trabalho e matéria

primas abundantes. Faz-se necessário o desenvolvimento do setor, que tem um potencial de trazer um crescimento econômico do país (Xavier e Filippi, 2017).

No ordenamento jurídico nigeriano existe um documento de extrema importância atualmente para a população, o certificado de cidadania indígena, que passou a ser reconhecido legalmente a partir da Constituição de 1999. O propósito inicial dessa medida era a proteção da cultura e costume da região que, a partir dos anos 90, consistia na identificação de parcela da população desse território como habitantes “originais”, sendo os outros cidadãos conhecidos como “colonos”. O critério era baseado no cidadão pertencer a um grupo étnico porque seus ancestrais eram provenientes dessa localidade. O objetivo deste certificado é de identificar os “pertencentes” da região que possuem direitos que os “colonos” não possuem tais como participação na vida pública, acessos a escolas ou empregos e serem donos de uma propriedade por exemplo (KWAJA, 2011).

Com o passar dos tempos, o procedimento de identificação em que se verifica se o cidadão possui o direito de ter este certificado passou a ser utilizado de forma oportunista por alguns governantes, favorecendo determinada etnia com base em troca de interesses, ampliando ainda mais as desigualdades. Como consequência disso, houve um aumento das tensões e divisões étnicas que resultaram em conflitos que aparentaram ser por motivos religiosos para quem analisa esta situação de “fora”, mas na verdade, foram motivados pela insatisfação dos que não foram favorecidos pelos benefícios ofertados aos detentores desses certificados (KWAJA, 2011).

Apesar de sua riqueza natural oriunda do petróleo e do crescimento do PIB ao longo dos anos, o número de Nigerianos que vivem na pobreza também aumentou expressivamente desde da década 90. O Banco Mundial, realizou um estudo em 2017, em que observou o cumprimento de 17 metas de desenvolvimento estabelecidas pela Organização das Nações Unidas,

para os 10 países mais populosos que se enquadram nessa situação. O enfoque dessas metas é o aumento das taxas de alfabetização, o uso de energia limpa e a redução da desigualdade econômica. Os resultados do trabalho indicam que somente a Nigéria registrou o aumento no número de cidadãos que vivem em extrema pobreza (Gráfico 1, Anexo D). O Estudo definiu “extrema pobreza” as pessoas que vivem com menos de \$ 1,90 dólares americanos (QUARTZ AFRICA, 2017), se fosse considerado somente as regiões Norte e Nordeste esses índices aumentariam substancialmente.

A The World Poverty Clock é uma ferramenta que verifica o andamento da Erradicação da Pobreza Extrema, provendo estimativas constantemente atualizadas sobre a previsão de pobreza para quase todos os países do mundo que se enquadram nessa situação até 2030 (WORLD POVERTY CLOCK, 2019). Em um estudo realizado, foi verificado que a Nigéria ultrapassou a Índia como o país com o maior número de pessoas pobres do mundo (Gráfico 2, Anexo D). Mesmo a Índia tendo uma população sete vezes maior que a Nigéria, estima-se que quase 50% de sua população viva extrema pobreza. Previsões feitas pelo seu crescimento demográfico, indicam que em 2050 a Nigéria será o terceiro maior país do mundo, o que tornará este problema ainda maior (QUARTZ AFRICA, 2018).

Logo após a sua independência, o governo não foi capaz de conter as tensões étnicas existentes no país. Percebe-se que isso não foi alcançado devido à má gestão e corrupção oriunda das receitas do petróleo, o que propiciou a tomada do poder pelos regimes militares. O objetivo dos militares deveria ser de promover a estabilidade, acabar com a corrupção e entregar o governo do Estado novamente nas mãos dos civis, porém, o que se sucedeu foram governos mal geridos, corruptos e violentos que governaram para o interesse próprio. Durante o regime democrático nigeriano iniciado a partir de 1999, as etnias que tinham representantes derrotados,

alegavam suspeitas de fraudes ao longo dos processos eleitorais. Essas contestações ocasionaram o aumento dos embates religiosos, acirrando as tensões internas.

Apesar de seu tamanho, posição geográfica estratégica e de imensa riqueza natural proveniente principalmente do petróleo, a Nigéria não conseguiu se desenvolver e progredir. A corrupção e a má governança dos governos civis e militares tiveram como consequência uma desigual distribuição de renda que resultou numa grande parcela da população, principalmente das regiões norte e nordeste de maioria mulçumana, viver em condições de extrema pobreza com um problema endêmico de epidemias e de fome. Tal situação levou à sociedade a um sentimento de revolta contra a classe política e um descrédito ao Estado de Direito fazendo com que os cidadãos buscassem suporte a agentes não oficiais. Todo cenário ocorrido criou uma situação propícia para o surgimento de movimentos insurgentes como o do Boko Haram.

4 BOKO HARAM E O CONFLITO DA NIGÉRIA

Neste capítulo será exposto na primeira seção, como foi a criação do grupo Boko Haram, suas motivações e ideologia. Na segunda seção, como ocorreu a evolução dos atos do grupo e a escalada da violência. Por fim, na terceira seção, como foram as medidas adotadas pelo Estado nigeriano para conter os atos de violência.

Como já analisado, sugere-se que as raízes do surgimento do Boko Haram advêm das condições de pobreza vivida pelos mulçumanos da região nordeste do país provocadas por uma distribuição de renda extremamente desigual oriunda de um sistema endêmico de corrupção das instâncias governamentais nigerianas. As diferenças históricas entre o Islamismo do Norte e o Cristianismo e Animismo do Sul desde do período do protetorado britânico, fomentaram mais a base ideológica do Boko Haram do que as motivações de outros movimentos jihadistas internacionais.

No período pós-independência, os islâmicos do norte tiveram concessões e influência política, a criação de um Estado Federalista propiciou a implementação da Sharia⁶ nos estados do Norte e Nordeste. Após a queda do governo civil, ocorreu a implementação de regras rígidas pelos regimes militares e o fim da lei da Sharia, o que motivou nas décadas de 70 e 80, o surgimento de grupos islâmicos contrários que protestavam contra essas medidas de forma pacífica. Entretanto, sementes de radicalismo também brotavam. O movimento *Yan Tatsine* de liderança do radical religioso Muhammadu Marwa, empreendeu protestos violentos no Estado

⁶ Sharia - significa em árabe "O bom e claro caminho para a água". Islamicamente, é usado para se referir aos assuntos de religião que Deus tem legislado para Seus servos. (...) A Sharia regulamenta todas as ações humanas e as coloca em cinco categorias: Obrigatórias, Recomendadas, Permitidas, Não-Recomendadas e Proibidas. Disponível em: <http://arabesq.com.br/Principal/Islamismo/IslamismoArticle/tabid/175/ArticleID/1789/Default.aspx>. Acesso em 13 de julho de 2019

de Kano da região Nordeste, contra a corrupção existente durante o regime militar e a estagnação econômica da região (RIVER, 2015).

4.1 SURGIMENTO DO BOKO HARAM

A versão mais aceita sobre o surgimento do Boko Haram refere-se à criação de uma organização que tinha por objetivo o estudo do islamismo ortodoxo nos idos de 1995, sendo intitulado *Ahl ulsunna Wai'jama'ah hijra* e tinha como líder Abubaker Lawan. O regime democrático da Nigéria foi restabelecido em 1999, elegendo o cristão Obasanjo como seu Presidente. Nessa época, coincidentemente, os objetivos do grupo comandado por Lawan começaram a mudar, desde que se ausentou do país para estudar em uma universidade no Reino da Arábia Saudita, deixando a liderança do grupo nas mãos de um jovem com ideias revolucionárias e radicais chamado Mohammed Yusuf (RIVER, 2015). Sua linha ideológica ultra-salafista⁷ tem como característica entrar em atrito com o cristianismo e com versões mais moderadas do islamismo (Xavier e Filippi, 2017).

O movimento tinha como premissa proibir que os mulçumanos tivessem qualquer envolvimento social ou político com a sociedade ocidental e com o seu estilo educacional. Por isso, alguns habitantes da cidade Maiduguri, capital do Estado de Borno, na região Nordeste do país onde o grupo tinha sua sede, o alcunharam de Boko Haram que traduzindo na língua hausa significa “a educação ocidental é proibida” (BBC,2015). O grupo se intitulava formalmente

⁷ Salafismo é uma corrente severa do Islã sunita, baseada em uma interpretação estrita e literal do Alcorão. (...) Preconizam a aplicação integral da sharia (lei islâmica), com a separação estrita dos sexos e, como se consideram os representantes do "verdadeiro" Islã, defendem a purificação desta religião de toda influência estrangeira. Rejeitam as quatro escolas tradicionais do direito muçulmano e se inspiram unicamente no Alcorão e na Suna, a tradição profética. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/12/egito-salafismo-uma-corrente-sunita-do-islã.html>. Acesso em 13 de julho de 2019

Jama'at Ahlis Sunnah lid-Da 'wahwa'l-Jihad, que em árabe significa “Pessoas comprometidas com a propagação dos ensinamentos do Profeta e da Jihad”. Por meio de uma agenda mais radical e militante, o Boko Haram capitou mais adeptos de todas as partes da região Nordeste, e com apoio financeiro, Yusuf construiu uma mesquita e uma escola islâmica em Maduguri, oferecendo à população os ensinamentos educacionais da ideologia salafista (RIVER, 2015).

A partir de 1999, durante o período do regime democrático, novamente a Sharia foi implementada. Tal regulamentação se faz presente em doze estados do Norte e Nordeste, ocasionando o aumento das tensões entre cristãos e muçumanos e gerando vários conflitos. Tais conflitos resultaram na migração dos cristãos que habitavam esses estados para o sul e no sentido contrário, os muçumanos que viviam do Sul mudaram-se para o norte (ROSA; SANTOS; CARDOSO, 2012). Em 2009, ocorreram uma série de ataques a propriedades do governo em Maiduguri e confrontos entre integrantes do Boko Haram e forças de segurança. Tais ataques culminaram na prisão de seu líder Mohammed Yusuf na sede do grupo, sendo posteriormente assassinado extra-judicialmente pelos policiais (BBC,2015). O resultado deste evento transformou Yusuf em mártir, e Abubakar Shekau ascendeu à liderança do grupo transformando de vez o Boko Haram em um movimento radical e insurgente (RIVER, 2015).

4.2 ESCALADA DA VIOLÊNCIA

Muitos veículos da mídia designam o Boko Haram como uma organização terrorista, apesar de cometer atos deste tipo, o movimento vai além disso. Porém, antes de se abordar o aumento crescente da violência praticada pelo Boko Haram, será elucidado de forma sucinta

o que é um movimento insurgente para melhor compreensão dos atos realizados pela organização e seus objetivos.

Em um conflito armado, o terrorismo é uma tática utilizada pelo lado que é militarmente mais fraco quando comparado ao seu inimigo. Usando o terrorismo tem-se a estratégia de divulgar suas intenções pela opinião pública e fomentar o apoio popular à sua causa, podendo assim em um dado momento, incrementar seu poder para que possa travar uma guerra insurgente e depois convencional (STEWART, 2014). O terrorismo foi então o primeiro passo da luta armada do Boko Haram.

Parafrazeando Clausewitz, poderíamos dizer que “a insurgência é a busca da política de um partido, dentro de um país, podendo utilizar vários métodos”. Não é como uma guerra convencional - uma “continuação da política por outros meios” - porque uma insurgência pode começar muito antes que o insurgente recorra ao uso da força (tradução nossa) (GALULA, 1964, p. 3)⁸.

De uma forma resumida, a teoria insurgente é baseada no conceito de evitar a batalha quando o inimigo é superior, o embate se realizará após o acúmulo de forças necessárias para atacar o oponente naquilo onde ele é fraco. O movimento insurgente realiza uma luta assimétrica, o que faz o lado contrário utilizar homens e recursos de forma desproporcional, pois não se sabe de onde virá o conflito (STEWART, 2014).

Os insurgentes possuem uma visão de longo prazo, o conflito é uma luta prolongada, meticulosamente realizada passo a passo, obtendo objetivos intermediários específicos que vão desmoralizando e exaurindo o oponente que conduzirá no propósito de derrubar a ordem existente. A promoção da desordem é um objetivo legítimo para o insurgente, pois auxilia

⁸ “Paraphrasing Clausewitz, we might say that “Insurgency is the pursuit of the policy of a party, inside a country, by every means.” It is not like an ordinary war—a “continuation of the policy by other means”—because an insurgency can start long before the insurgent resorts to the use of force.”

no enfraquecimento do Governo, o que gera descontentamento, e assim contribui para a perda da credibilidade e da autoridade do contra insurgente. A população é um ponto fundamental para a vitória, faz-se necessário dissociar o povo do governo. O insurgente deve controlar a população fisicamente, obter o seu suporte, ou no pior cenário a sua submissão para que após a guerra vencida possa exercer o poder político da região (GALULA, 1964).

A morte de Yusuf em 30 de julho de 2009 foi o “ponto de virada” do Boko Haram. Shekau, líder carismático, assume a liderança do grupo, sendo considerado por muitos uma mistura de “gangster” e de teólogo da doutrina salafista. Os jihadistas salafistas em seus preceitos entendem que é natural usar a violência para combater tudo que é não-islâmico, para que, assim, possam ser implementadas as formas “originais” do Islã. No *post mortem* do antigo líder, realizou-se um programa de punição de autoridades policiais e governamentais e instituiu-se a luta contra o Estado nigeriano que, além da corrupção endêmica e negligência administrativa, era visto pelos integrantes do Boko Haram como a personificação da influência pecaminosa do ocidente sobre o povo islâmico. O objetivo final da organização é a implementação de um Califado baseado nos valores tradicionais islâmicos como os antigos Califado de Sokoto e o Império de Kanem-Bornu (RIVER, 2015).

Com a liderança de Shekau, houve relatos que o Boko Haram recebeu treinamento e apoio técnico e logístico do *Qaeda in the Islamic Magherb*⁹(AQIM) e de outras organizações jihadistas. Tal fato é sugerido principalmente devido à não ocorrência de atividades do movimento entre meados de 2009 e início de 2010. Após uma rigorosa e violenta resposta das forças de segurança aos eventos realizados pelo grupo após a morte de Yussuf, muitos integrantes do movimento fugiram do país. Esta fuga propiciou treinamento terrorista em um campo

⁹ *Qaeda in the Islamic Magherb* (AQIM) é um grupo jihadista salafista designada como uma organização terrorista internacional que opera nas regiões do Saara e no Sahel. Suas origens são provenientes da guerra civil argelina dos anos 90 e, na última década, tornou-se uma afiliada da Al-Qaeda com ambições regionais. AQIM e suas ramificações representam a principal ameaça terrorista transnacional na África do Norte e Ocidental (tradução nossa). Disponível em <https://www.cfr.org/background-der/al-qaeda-islamic-magheb>. Acesso em 18 jul.2019.

rebelde em Tuareg na República do Mali e em campos de treinamento na República Argentina Democrática e Popular e na República Federal da Somália (RIVER, 2015).

As atividades reiniciaram em meados de 2010 com o regresso para Maiduguri dos integrantes do grupo. Os atos apresentavam a característica de ataques aleatórios por homens armados a igrejas, a policiais e a políticos envolvidos com suspeita de corrupção tendo como área de ação inicial os Estados de Bauchi, Yobe, Borno e Kano (SOLOMON, 2012). No final de 2010, foi percebido uma melhora das táticas e do alcance dos ataques da organização. Um exemplo disso foi o dia de Natal, quando ocorreu uma série de atentados com bombas em mercados e igrejas, matando várias pessoas em localidades da cidade de Jos. No ano novo foi realizado um atentado a um mercado aberto de peixe em Abuja capital da Nigéria, mostrando a capilaridade dos ataques. Mesmo com o aprimoramento dos ataques, realizavam-se também sequestros, assaltos a banco e a empresas locais para captação de recursos (RIVER, 2015).

Em 26 de agosto de 2011 ocorreu o ataque mais bem elaborado até aquela data, quando um carro bomba conseguiu ultrapassar as barreiras de segurança e detonar explosivos em um prédio das Nações Unidas em Abuja, sendo essa a primeira vez que o grupo atacou uma organização mundial. A escalada da violência realizada pelo grupo insurgente perdurou os anos seguintes tendo como característica ataques brutais e bem elaborados, o que mostrou a evolução tática da organização, com operações em que envolviam atividades de inteligência e equipamentos sofisticados, o que foi constatado pela ineficiência das autoridades em conter esses atos.

O evento que fez o Boko Haram ser conhecido internacionalmente foi o sequestro de 276 estudantes em abril de 2014 na cidade de Chibok. Neste episódio, um porta voz do grupo informou que as meninas seriam tratadas como escravas e seriam casadas com integrantes da organização. A legitimação desses sequestros foi baseada em uma antiga crença islâmica, considerando este ato ser um “espólio da guerra”. Uma comoção mundial foi gerada, criou-se uma

campanha no Twitter *#BringBackOurGirls* (tragam de volta as nossas meninas), em que até a primeira dama dos EUA na época, Michelle Obama, divulgou uma foto sua segurando um cartaz com os dizeres da hashtag. Apesar dos esforços das autoridades governamentais, que contaram com suportes de drones estadunidenses, somente 50 meninas conseguiram se resgatadas ou conseguiram escapar (BBC,2015).

As ações do movimento tiveram seu espectro ampliado quando o grupo realizou ataques nos Estados de Niger, Chad e Camarões, sendo maior neste último, em que foi contabilizada a participação de cerca de mil membros do Boko Haram. As localidades que foram atacadas compreendiam territórios dos antigos Califado de Sokoto e o Império de Kanem-Bornu. Na época, analistas especularam se estava ocorrendo uma internacionalização do movimento. Porém, o ex-embaixador estadunidense na Nigéria, John Campbell, certificou a Casa Branca que não era necessário enquadrar o Boko Haram como mais um inimigo da guerra global contra o terrorismo, pois, até aquele presente momento suas reivindicações e intenções permaneciam primariamente locais (RIVER, 2015).

A mais longa e sanguinária operação do Boko Haram aconteceu entre 02 a 07 de janeiro de 2015, quando ocorreu uma série de ações coordenadas na cidade de Baga, fronteira com Camarões, onde aproximadamente 2000 civis foram assassinados, muitos de forma extremamente violenta (RIVER, 2015). A *Global Terrorism Index 2015* divulgou um relatório encomendado pela Institute for Economics and Peace que informou que o Boko Haram é o grupo extremista que mais mata no mundo. Dados dessa pesquisa informam que 6.644 pessoas foram mortas pelo Boko Haram em atentados terroristas no ano de 2014, esse número é maior do que qualquer guerra ocorrida no Continente Africano durante o período (CERES,2015).

4.3 A RESPOSTA DO GOVERNO NIGERIANO

As Forças Armadas (FA) foram estruturadas tendo como base o modelo que era utilizado pela Commonwealth¹⁰ antes da independência nigeriana, recebendo treinamento e material bélico dos britânicos. Como é característica do país, durante a formação da FA foram observadas rivalidades e divergências étnicas dentro da instituição. A Guerra da Biafra (1967 a 1970) foi a primeira grande ação real das FA, em que saiu vitoriosa. Tal vitória foi atingida devido ao grande suporte logístico recebido do Império Britânico. Nesse episódio constatou-se ainda a ocorrência de desrespeito aos direitos humanos por parte do exército durante as ações realizadas. Outro evento de relevância foi a participação na força de paz da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental realizada na República da Libéria e República da Serra Leoa (RIVER, 2015).

A contra-insurgência do governo iniciou-se em 2009 com a criação de uma Força-Tarefa composta por Exército, Marinha, Aeronáutica, Departamento de Segurança do Estado e forças policiais, na cidade de Maiduguri, com intuito de evitar a duplicação de esforços e facilitar o fluxo de informações pelas forças de segurança (SOLOMON, 2012). Em 2012 o presidente Goodluck Jonatham estabeleceu um estado de emergência em 15 áreas da região Nordeste do país, sendo posteriormente incluídos a este, em maio de 2013, as áreas que faziam parte do território dos estados de Yobe, Adamaw e Borno. No mesmo ano essa força-tarefa foi encerrada, sendo estabelecida a Força-Tarefa Civil - CJTF (*Civilian Joint Task Force*), que nada mais é que uma milícia civil patrocinada pelo governo, tendo a autorização de prender qualquer

¹⁰ A Commonwealth é uma organização intergovernamental composta de 54 países-membros independentes. Todas essas nações já fizeram parte do Império Britânico do qual, ao longo da história, se desmembraram. (...) historicamente o objetivo é promover a integração entre as ex-colônias do Reino Unido, conceder benefícios e facilidades comerciais, há também a assistência educacional aos seus países-membros e a harmonização das suas políticas. Disponível em <https://operamundi.uol.com.br/historia/25927/hoje-na-historia-1931-parlamento-britanico-aprova-criacao-do-commonwealth>. Acesso em 20 jul.2019.

simpatizante ou integrante do Boko Haram. Por meio da implementação de leis extraordinárias foram dados poderes as autoridades de prender e deter qualquer suspeito em participar de alguma atividade terrorista (RIVERS, 2015). Dada a continuidade dos atentados terroristas, sugere-se que os resultados dessas legislações não atingiram o seu efeito desejado.

A consequência dessas medidas resultou em um total poder arbitrário das autoridades. O documentário intitulado *Nigeria's Hidden War* (A guerra oculta da Nigéria), da emissora britânica Chanel 4, relatou um total desrespeito aos direitos humanos nas ações de repressão ao Boko Haram tanto pelas autoridades de segurança quanto pelos integrantes da CJTF. Prisões e detenções arbitrárias foram apresentadas, além de assassinatos cometidos durante as operações e algumas com execuções públicas. Muito disso foi divulgado graças à obtenção de vídeos e imagens amadoras da própria população e, houve também, declarações de ex-integrantes da CJTF que confirmaram os atos desumanos realizados (RIVER, 2015).

Um documento produzido pelo movimento global Anistia Internacional descreveu as ações conduzidas pelas forças de segurança, onde ocorriam prisões e detenções de suspeitos de integrar o Boko Haram. As forças de segurança não adotavam critério específico para efetuar as prisões, neste processo até crianças chegaram a ser detidas. No documento em questão foi relatado que os detentos não tinham direito de entrar em contato com familiares ou representantes legais por longos períodos, durante os interrogatórios muitos eram torturados e muitos desapareciam sendo depois constatado as suas mortes. Outro aspecto abordado foi a ineficiência das autoridades governamentais em investigar essas alegações de desrespeito aos direitos humanos ou mesmo o pouco interesse em punir quando comprovadas as irregularidades praticadas por integrantes da força de segurança (RIVER, 2015).

Na análise de Solomon (2012), a estratégia do governo nigeriano em combater violência com violência não alcançaria os resultados desejados. Além disso foi observado

problemas estruturais das forças de segurança como a ineficiência das forças policiais em produzir uma atividade de inteligência robusta e investigações forenses para que se possa prever os próximos atentados antes que ocorram. Outro fator identificado foram os problemas dentro da instituição como corrupção e vazamento de informações das operações por simpatizantes do Boko Haram, que prejudicam ainda mais medidas efetivas contra esse movimento insurgente.

5 ANÁLISE DO CONFLITO

Neste capítulo a real situação encontrada na Nigéria será discutida utilizando à luz da Teoria do Choque das Civilizações de Samuel Huntington. Apresentada no capítulo dois, que será utilizado como base para realizar uma análise do contexto histórico da Nigéria, sugerindo ainda os motivos que ocasionaram o surgimento do Boko Haram. No presente capítulo, também serão analisadas as ações do Boko Haram e o próprio conflito em si, para verificar se possuem a característica de ser um conflito de linha de fratura que é relatado pela teoria.

5.1 ESTUDO SOB À LUZ DO CHOQUE DAS CIVILIZAÇÕES

A formação do território nigeriano como conhecemos hoje é complexa. Desde a colonização na Nigéria, podemos observar a presença de várias etnias, sendo as civilizações Islâmica e Africana vivendo no mesmo território. A primeira concentra-se na sua grande maioria na região Norte, que historicamente ao longo dos séculos habitam essa região como os antigos Império de Kanem-Bornu e o Califado de Sokoto, na região Sul encontramos predominantemente a civilização Africana. Huntington (1996) define civilização como sendo a identidade cultural mais ampla de um povo, em que se é encontrado alguns elementos em comum como a língua e os costumes. A religião pode ser considerada como um desses elementos, possuindo grande relevância pois é um fator em que o indivíduo se identifica fortemente, fazendo com que este venha a pertencer a um grupo, tribo ou povo. Na Nigéria podemos encontrar duas religiões o Cristianismo e o Islamismo.

Os povos do Sul se converteram ao Cristianismo sem dificuldades, fato este que não ocorreu com Norte, onde foi rechaçada qualquer tipo de influência. A população da região Sul recebeu uma formação educacional implementada pelos missionários britânicos, conclui-se que esses cidadãos adquiriram uma melhor capacitação, e assim, conseguiram absorver os melhores empregos ofertados, tanto na parte civil como nos quadros administrativos governamentais. Tal fato pode ser o motivador da melhor qualidade de vida e dos postos mais relevantes na administração estatal, o que proporcionou uma posição de autoridade superior em relação a população do Norte.

Após a independência quando não havia mais a entidade reguladora britânica, houve o aumento das tensões entre o Norte e o Sul. Conforme relatado por Huntington (1996), diferente do que ocorre com as demais civilizações, a grande maioria dos muçumanos não possuem o sentimento de lealdade, no que se refere a uma entidade política, que no caso em questão seria um Estado-nação. Ao longo dos tempos, os povos islâmicos tiveram as suas vidas fundamentadas na sua família, no seu clã, na sua tribo e na sua religião.

Esse ponto de vista, justifica o problema de muitos Estados-nação, como é o caso da Nigéria, em que os povos muçumanos que vivem nesse país não possuem o sentimento de legitimidade do Estado, e assim, não são hierarquizados a essa estrutura política superior. Quando se faz uma análise histórica desse cenário pode-se notar que essa situação foi agravada pelos europeus, pois no período do imperialismo no Continente Africano eles não levaram em conta os diferentes grupos étnicos que viviam nestes territórios. Nessa época etnias foram divididas, bem como a presença de mais de duas etnias vivendo em um mesmo Estado, como é o caso do nosso estudo.

Durante as décadas de 70 e 80 dentro da sociedade muçumana, surgiu um movimento que consistia em um retorno às raízes do Islamismo, o chamado Ressurgimento Islâmico.

Este movimento foi gerado para se contrapor à percepção de que a cultura e os costumes do Ocidente eram uma ameaça e que estavam influenciando negativamente o povo muçumano. Outro aspecto do movimento era a necessidade de a civilização islâmica se ajustar a modernização do mundo que estava ocorrendo naquela época (HUNTINGTON, 1996).

O Ressurgimento Islâmico foi descrito da seguinte forma por Huntington: “Ele personifica a aceitação da modernidade, a rejeição da cultura ocidental e o reengajamento no Islamismo como um guia cultural, religioso, social e político para a vida no mundo moderno”. Esse movimento influenciou várias sociedades muçumanas ao redor do mundo e com a Nigéria também não foi diferente, essa “islamização” ocorreu primeiramente em nível cultural para depois se expandir de forma social e política. Temos como exemplo disso a reimplantação da Sharia nos estados de grande maioria muçumana nas regiões Norte e Nordeste no período do regime democrático.

O crescimento demográfico dos povos muçumanos e a ascensão econômica dos Estados asiáticos seriam os fatores que iam influenciar a reorganização da ordem mundial. Foi sugerido por Huntington (1996) que haveria uma ascensão das civilizações Islâmica e Sínica e um declínio da civilização Ocidental. No Estado nigeriano também ocorreu esse fenômeno de crescimento, para ilustrar essa constatação, em 2007, dois anos antes do início dos atos violentos do Boko Haram, a população muçumana era de aproximadamente 50% do total da população e mais de 55% dos nigerianos viviam abaixo da linha da pobreza, sendo a grande maioria de muçumanos (BBC, 2007). A grande quantidade de jovens muçumanos sem uma perspectiva de vida e a indignação com Estado pela corrupção e má administração ao longo dos anos foram fatores que colaboraram para a cooptação de integrantes para o movimento insurgente.

As organizações fundamentalistas islâmicas foram uma das vertentes políticas durante o Ressurgimento Islâmico. Esses movimentos rejeitam a subjugação a um Estado (HUNTINGTON, 1996), no nosso objeto do estudo, que é o Boko Haram. Além de não legitimar o

governo nigeriano, personifica-o como a influência malévola do Ocidente sobre o povo mulçumano na região Nordeste, tendo o grupo o propósito de implementar um Estado sobre os preceitos do salafismo, usando a violência, se for o caso, para combater tudo que é não-islâmico (RIVER, 2015). Esse *modus operandi* sugere que exista coerência na teoria em que ressalta a religião como o principal identificador de um indivíduo, bem como a existência de fundamentos teóricos que elucidam alguns fatores que motivaram o surgimento do Boko Haram.

Na próxima seção, será abordado se as características do conflito do Boko Haram podem ser identificadas como um conflito de linha de fratura.

5.2 EXISTE UM CONFLITO DE LINHA DE FRATURA NA NIGÉRIA?

Conforme previamente exposto neste estudo, serão lembrados o conceito e a ideia principal do conflito de linha de fratura:

Enquanto isso, em nível local, guerras de linha de fratura, precipuamente entre mulçumanos e não-mulçumanos, geram o “agrupamento de países afins”, a ameaça de uma escalada mais ampla e por conseguinte, os esforços dos Estados-núcleos para deter essas guerras. (HUNTINGTON, 1996, p.19)

Um exemplo histórico desse tipo de conflito sangrento é a Guerra da Bósnia (1992 a 1995), em que houve a participação de três povos de civilizações diferentes: os croatas ocidentais, os sérvios ortodoxos e os bósnios mulçumanos, onde “países afins” das civilizações desses povos agiram direta ou indiretamente nesta Guerra (HUNTINGTON, 1996).

Huntington (1996) afirma que os mais importantes conflitos de linha de fratura são realizados quando os “principais atores” do combate estão interpostos em uma área geográfica. No presente estudo, para que possamos caracterizar os ataques ocorridos como conflito de linha de fratura, a maioria dos atentados realizados pelo Boko Haram deveriam ter sido realizados na

região central do país, em que se localiza a capital Abuja. Porém, tal fato não ocorreu, sendo os ataques realizados predominantemente no Estado de Borno, onde está a cidade de Maiduguri, local em que o grupo foi criado (Figura 4, Anexo D). Por meio desses fatos podemos sugerir que pode existir uma dificuldade do grupo de alastrar a sua área de atuação, podendo ser ocasionado pela falta de apoio da população, já que o grupo insurgente tenta impor a sua legitimidade pelo terror e não por meio pacífico deixando de conquistar a totalidade da população mulçumana nigeriana.

Huntington (1996) relata que há duas principais diferenças entre uma guerra de linha de fratura e uma guerra convencional. A primeira é que na grande maioria das vezes a guerra da linha de fratura é realizada entre povos de religiões diferentes. No caso nigeriano isso não se fundamenta pois apesar de realizar atentados em igrejas católicas, áreas turísticas e prédios governamentais, a maior quantidade de mortos em ataques são de mulçumanos da etnia Hausa-Fulani (RIVERS,2015). A maioria dos integrantes do grupo insurgente são da etnia Kanuri que é uma minoria no país. Os Hausa/Fulani, que é a maior etnia na Nigéria, possuem ampla influência política e religiosa sobre a sociedade islâmica nigeriana (RIVERS,2015). Supõe-se assim que os objetivos do Boko Haram divergem da ideia da teoria em que seria uma guerra de civilizações.

A segunda diferença para uma guerra convencional seria que a guerra de linha de fratura tem a tendência natural de se expandir envolvendo outros participantes que possuiriam afinidades civilizacionais com os “atores primários” do conflito (HUNTINGTON, 1996). Analisando o contexto do combate, não há fatos que demonstrem que haverá um alastramento do conflito. Uma ressalva há de ser feita, que houve ataques em países vizinhos, as áreas atacadas compreendiam o antigo Califado de Sokoto, onde esses atos teriam mais um efeito simbólico, já que a ideia do grupo é implementar um Califado nos moldes do de Sokoto (RIVERS, 2015).

A falta de um apoio público de nações mulçumanas em favor ao Boko Haram, bem como uma mobilização popular apoiando o movimento, são motivos para uma não ampliação do conflito.

Apesar da declaração do Governo nigeriano, de que o Boko Haram havia se tornado um grupo terrorista internacional, com o intuito de conseguir apoio e recursos financeiros internacionais (RIVERS, 2015), nota-se que houve pouco suporte por parte das grandes potências mundiais em combater esse conflito. Tal situação se justifica pela percepção de que o conflito não tem perspectiva de expansão em nível internacional, e que possa ameaçar as potências ocidentais, e de que até aquele momento, não estava em risco a soberania do Estado nigeriano.

Segundo Huntington (1996), para que possa ser encerrado um conflito de linha de fratura, deve haver o envolvimento das partes secundárias e terciárias, que seriam os “países civilizacionais afins” e os Estados-núcleos das grandes civilizações respectivamente. Esses “atores” deveriam exercer sua influência sobre as partes primárias para poder mediar e negociar o término do combate, exercendo, sobre as partes, recompensas ou até sanções e penalidades, para que, desse modo, possam persuadi-los a acatarem os termos da negociação, chegando assim ao fim do conflito. Por isso, a inexistência de um Estado-Núcleo no Islã, que poderia liderar e influenciar a civilização islâmica, é um fator dificultador para que se chegue a um termo pacífico em um conflito entre mulçumanos e não-mulçumanos.

Por meio da análise do cenário descrito até o momento deste estudo pode-se sugerir que a falta de um mediador que possa inspirar confiança ao grupo insurgente para um eventual acordo, é uma condição desfavorável para se chegar numa solução pacífica para o conflito. Não há um consenso de como é realmente a estrutura organizacional do Boko Haram, bem como se Shekau é a liderança superior do grupo e que suas ordens sejam cumpridas fielmente pelos integrantes da organização. Outro fator limitante de negociação entre o Estado nigeriano e o Boko Haram é a existência de diversas células agindo de forma independente e em áreas

geográficas dispersas, não possuindo uma estratégia e um propósito que possa ser bem definido pelo grupo insurgente (RIVER, 2015).

Dessa forma, podemos sugerir que apesar de possuir características inerentes ao conflito de linha de fratura, como por exemplo o aspecto violento que é executado pelo Boko Haram e pelas forças de segurança nigerianas, não há fatos que corroborem para que este combate tenha a evolução para se tornar um conflito em nível internacional. Dentre os motivos principais para que o combate permaneça no âmbito interno, são que os interesses econômicos e de segurança das grandes potências mundiais, até aquele presente momento, não estavam sendo afetados, e por isso não haveria a necessidade da entrada de outros Estados no combate. Soma-se ainda ao fato de que o Boko Haram não possui o apoio incondicional da civilização mulçumana nigeriana, não alcançando assim aquela identidade civilizacional necessária para uma escalada do conflito. Dessa forma, podemos sugerir que a possibilidade deste conflito se tornar um choque entre duas civilizações, que é o tema central da teoria estudada nesse trabalho, é quase inexistente.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o contexto socio-histórico da República Federativa da Nigéria com o intuito de identificar as causas motivadoras para o surgimento do grupo insurgente jihadista Boko Haram. Para tal, foram empregados os entendimentos da Teoria do Choque das Civilizações de Samuel Huntington de modo a orientar a análise da realidade.

O mundo no início da década de 90, estava vivendo uma série de transformações, o fim da Guerra Fria com a extinção de Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e logo, o término da bipolaridade soviética e estadunidense, traziam uma nova perspectiva, ainda a se descobrir no tocante ao que seria a política mundial no próximo século que se aproximava. Nesse contexto histórico, se apresenta a teoria do Choque das Civilizações que sugere uma perspectiva em que o mundo havia se tornado multipolar e multicivilizacional, onde a população estaria cada vez mais se definindo com base nos antepassados, nos costumes e principalmente na religião.

Apresentou uma tese polêmica onde os próximos conflitos mundiais de grande magnitude não seriam essencialmente de ordem econômica e nem ideológica. Os principais conflitos dessa proporção ocorreriam em termos de diferença culturais e civilizacionais, entre nações e grupo de diferentes civilizações. Esses conflitos seriam realizados entre as fronteiras civilizacionais, conhecida como guerra de linha de fratura, teriam o potencial de serem extremamente violentas e com o apoio e suporte de Estados de mesma semelhança civilizacional teriam a capacidade de evoluir a um conflito de escala global. Sendo assim, sugeria-se que o choque de civilizações dominaria a política mundial.

A teoria do Choque das Civilizações evidência alguns fatores para o surgimento do grupo insurgente jihadista Boko Haram, dentre elas o Ressurgimento Islâmico, que foi um movimento de reforço da identidade islâmica nos povos mulçumanos e que também resultou no

surgimento de diversos grupos fundamentalistas no mundo islâmico, que é o caso do nosso estudo. Outros aspectos observados da teoria são o grande crescimento populacional mulçumano que pressiona as outras civilizações quando estão entremeadas em um Estado e que a religião é o fator mais identificador de um indivíduo.

Em que pese a diversidade étnica, a diversidade religiosa tenha um papel importante no conflito, este autor depreende que o principal fator gerador desse antagonismo está em aspectos mais profundos, que são os problemas sociais e a escassez de oportunidades econômicas sofridas pela população, tendo relação direta ao poder político. Apesar de possuir grandes riquezas naturais, em que se destacam as suas reservas petrolíferas, a má gestão e a corrupção endêmica das administrações desde sua independência têm consequência direta nas desigualdades sociais, na condição de pobreza de grande parcela da população da região Nordeste nigeriana, sendo o fator primordial para o desencadeamento da violência no conflito.

No que tange às medidas realizadas pelo Estado nigeriano para conter e extinguir o conflito, a estratégia mais preponderante que se observou foi a de combater violência com violência. Como em qualquer tipo de guerra urbana, esse tipo de ação produz danos colaterais, que, nesse caso, são a morte de civis inocentes. As comunidades residentes nas áreas do conflito vivem numa situação de calamidade econômica e de terror. A situação de calamidade se supõe pela economia local ser severamente afetada, faltando insumos básicos à população, e como também fica rechaçada qualquer oportunidade de investimento externo e do governo em virtude dos atos realizados pelo Boko Haram. A situação de terror é provocada pelo entendimento que os cidadãos locais sofrem com o medo de punição por qualquer ato de desobediência das ordens do Boko Haram, bem como, os atentados terroristas cometidos pela organização. Somada a isso, ocorre a violência indiscriminada praticada nas ações das forças de segurança nigeriana.

O que foi proposto por esse trabalho foi verificar se as ações e conflito propriamente em si, entre o grupo Boko Haram e o Estado nigeriano, possuem as características de um

conflito de linha de fratura. A moldura temporal considerada dos atos praticados neste conflito foi entre os anos de 2009 a 2015. A pesquisa permitiu observar que, apesar de possuir algumas características como o alto grau de violência do combate e a participação de um ator de identidade mulçumana no conflito, o embate não se trata de um conflito de linha de fratura.

Sugere-se, como uma possibilidade de pesquisa futura, investigar as atuais ações do Boko Haram e se as medidas de contrainsurgência do governo nigeriano implementadas tem a perspectiva de conter o conflito ou de chegar ao ponto de ameaçar a soberania do Estado nigeriano.

Restou deste estudo o entendimento deste autor da necessidade de o governo nigeriano realizar políticas públicas transparentes e não discriminatórias para que se tenha eficiência no combate das desigualdades sociais, combate à pobreza e melhoria da infraestrutura do Estado, devendo utilizar de modo eficaz as receitas oriundas do petróleo. Sugere-se que, desse modo, a Nigéria possa trilhar o caminho para a estabilidade e melhoria social, política e religiosa, e assim, promover o desenvolvimento humano e econômico de sua população.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis: 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/anuario-estatistico/2018/anuario_2018.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BBC. **Nigeria: Facts and Figures**. Página na internet do “BBC”, 2007. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6508055.stm>> Acesso em 24 jul. 2019.

BBC. **Massacre na Nigéria: saiba mais sobre o Boko Haram**. Página na internet do “BBC”, 2015. Disponível em:< https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150115_boko_haram_entenda_rb> Acesso em 22 jul. 2019.

BBC. **Muhammadu Buhari, Nigeria's 'new broom' president in profile**. Página na internet do “BBC”, 2019. Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-africa-12890807>> Acesso em 01 jun. 2019.

BURBANK, Jon. **Culture of the world: Nigeria**. 3º Ed., Nova Iorque: Cavendish Square Publishing, 2014.

CERES. **Boko Haram: O grupo extremista que mais mata no mundo**. Página da internet do “Centro de Estudos das Relações Internacionais – CERES”, 2015. Disponível em < <https://nemrisp.wordpress.com/2015/12/04/boko-haram-o-grupo-extremista-que-mais-mata-no-mundo-2/>>. Acesso em 19 jul. 2019.

DE CASTRO, Therezinha. **África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais**, v.189, publ. 510. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. 204p.

GALULA, David. **Counter-Insurgency Warfare. Theory and Practice**. Nova Iorque: Frederick Praeger, 1964.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. 455 p.

KWAJA, Chris. **Factores Perniciosos Responsáveis por Conflitos Étnico-Religiosos na Nigéria**, n.14, jul. 2011, p. 9. Disponível em <<https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB14PT-Factores-Perniciosos-Responsáveis-por-Conflitos-Étnico-Religiosos-na-Nigéria.pdf>>. Acesso em 06 jul. 2019.

OECD. **Nigéria**. Página na internet do “the Observatory of Economic Complexity (OEC)”, 2018. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/nga/>> Acesso em 16 jun. 2019.

QUARTZ AFRICA. **Nigeria has become the poverty capital of the world**. Página da internet do “QUARTZ AFRICA”, 2018. Disponível em <<https://qz.com/africa/1313380/nigerias-has-the-highest-rate-of-extreme-poverty-globally/>>. Acesso em 08 jun. 2019.

QUARTZ AFRICA. **Some of the world’s biggest countries have managed to reduce extreme poverty—except Nigeria**. Página da internet do “QUARTZ AFRICA”, 2017. Disponível em <<https://qz.com/africa/963465/some-of-the-worlds-biggest-countries-have-managed-to-wrangle-extreme-poverty-except-nigeria/>>. Acesso em 08 jun. 2019.

RIVER, Charles. **Boko Haram: The History of Africa’s Most Notorious Terrorist Group**. Edição do Kindle, Charles River Editors, 2015. 31p.

ROSA, Caio; SANTOS, Messias; CARDOSO, Thiago. **A Influência dos Conflitos Religiosos no Cenário Político e nas Relações Internacionais:** conflitos religiosos na Nigéria entre Islamismo e Cristianismo na atualidade e as repercussões em suas relações políticas. Página da internet: “Pós em Revista”, 2012. Disponível em <blog.newtonpaiva.br/pos/e6-ri-46-a-influencia-dos-conflitos-religiosos-no-cenario-politico-e-nas-relacoes-internacionais-conflitos-religiosos-na-nigeria-entre-islamismo-e-cristianismo-na-atualidade-e-as-repercussoes-em-sua/>. Acesso em 05 jul. 2019.

SOLOMON, Hussein. *Counter-Terrorism in Nigeria: Responding to Boko Haram*, The Rusi Journal, v 157, n.4, p. 6-11, ago. 2012. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03071847.2012.714183>>. Acesso em 12 jul. 2019.

STEWART, Scott. **The Difference Between Terrorism and Insurgency**, Página da internet do Stratfor WORLDVIEW, 2014. Disponível em <<https://worldview.stratfor.com/article/difference-between-terrorism-and-insurgency>>. Acesso em 13 jul. 2019.

WORLD POVERTY CLOCK. Página da internet do “WORLD DATA LAB”, 2019. Disponível em <<https://worldpoverty.io/index.html>>. Acesso em 08jul. 2019.

XAVIER, Rafael Corrêa e FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Nigéria Contemporânea:** raízes da insurgência doméstica e implicações regionais, Porto Alegre, v 8, n.42, p.78-95, jun./jul. 2017. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/72468>>. Acesso em 08 jul. 2019.

ANEXO A

Mapa das principais civilizações, segundo Huntington



FIGURA 1 – O Mundo das Civilizações pós-1990

Fonte: Hi7.co. Mapa das principais civilizações, segundo Huntington. Disponível em: < <https://geografia.hi7.co/mapa-das-principais-civilizacoes--segundo-huntington-56c3cc673b79f.html>>. Acesso em 03 jul. 2019.

ANEXO B

Distribuição de grupos étnicos da Nigéria

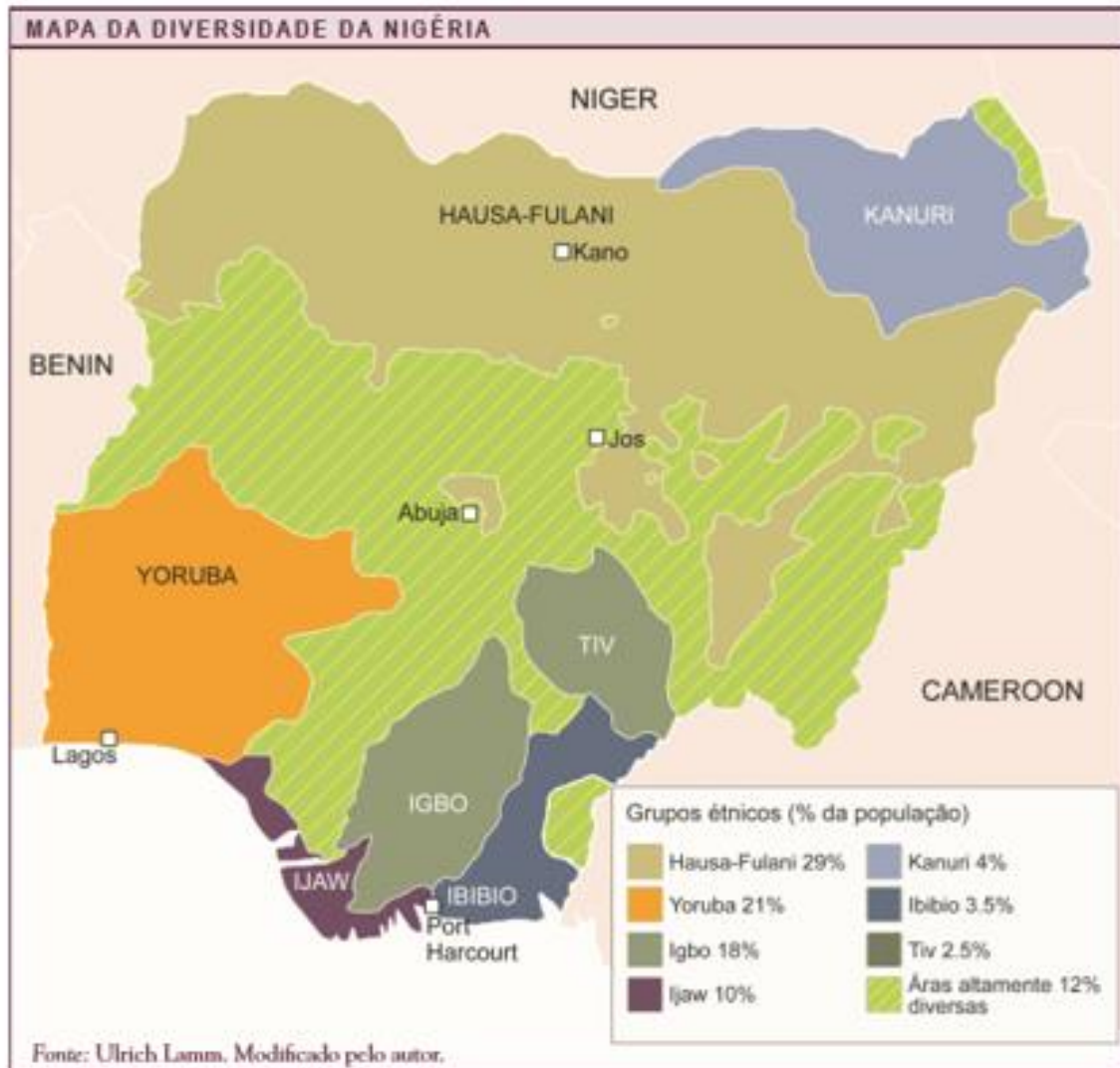


FIGURA 2: Distribuição dos Grupos Étnicos da Nigéria
 Fonte: KWAJA, 2011.

ANEXO C

Concentração de poços petrolíferos na Nigéria



FIGURA 3: Concentração de poços petrolíferos na Nigéria.

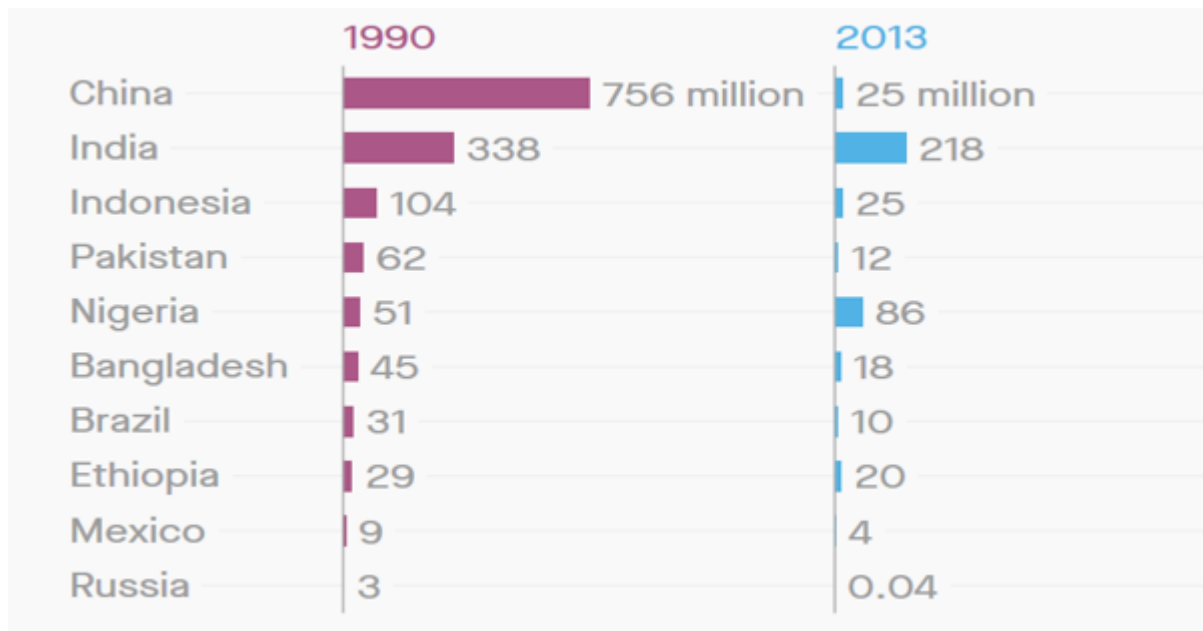
Fonte: XAVIER e FILIPPI, 2017.

ANEXO D

Situação da pobreza na Nigéria

GRÁFICO 1

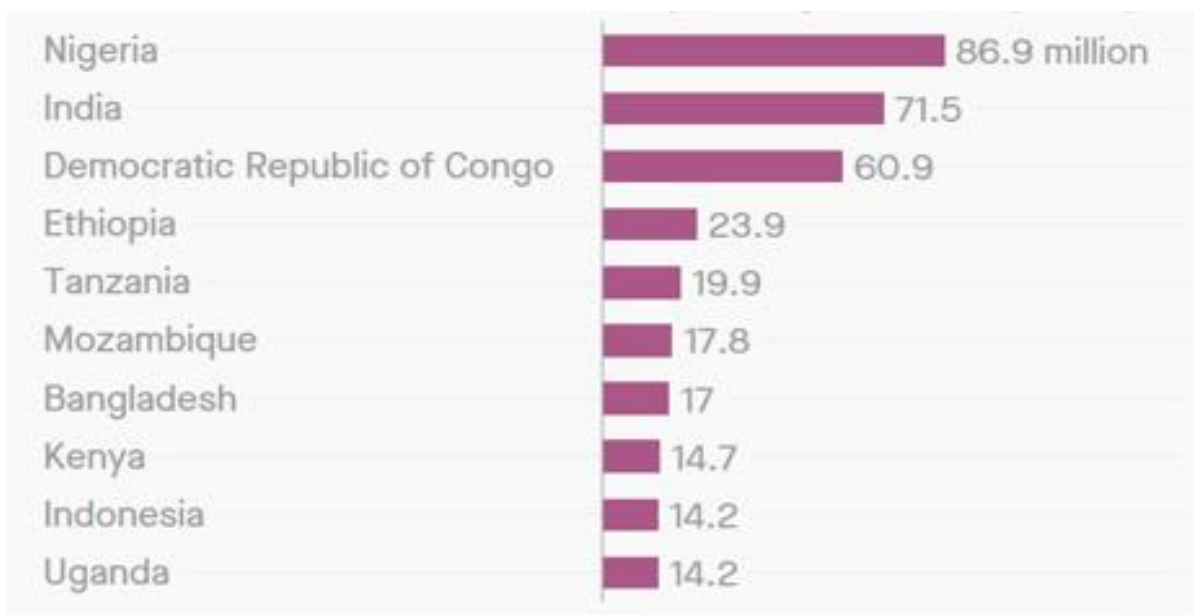
Pessoas vivendo em extrema pobreza



Fonte: QUARTZ AFRICA, 2017.

GRÁFICO 2

Estados com maiores quantidades de população em extrema pobreza (JUN./2018)



Fonte: QUARTZ AFRICA, 2018.

ANEXO E

Ataques do Boko Haram na Nigéria

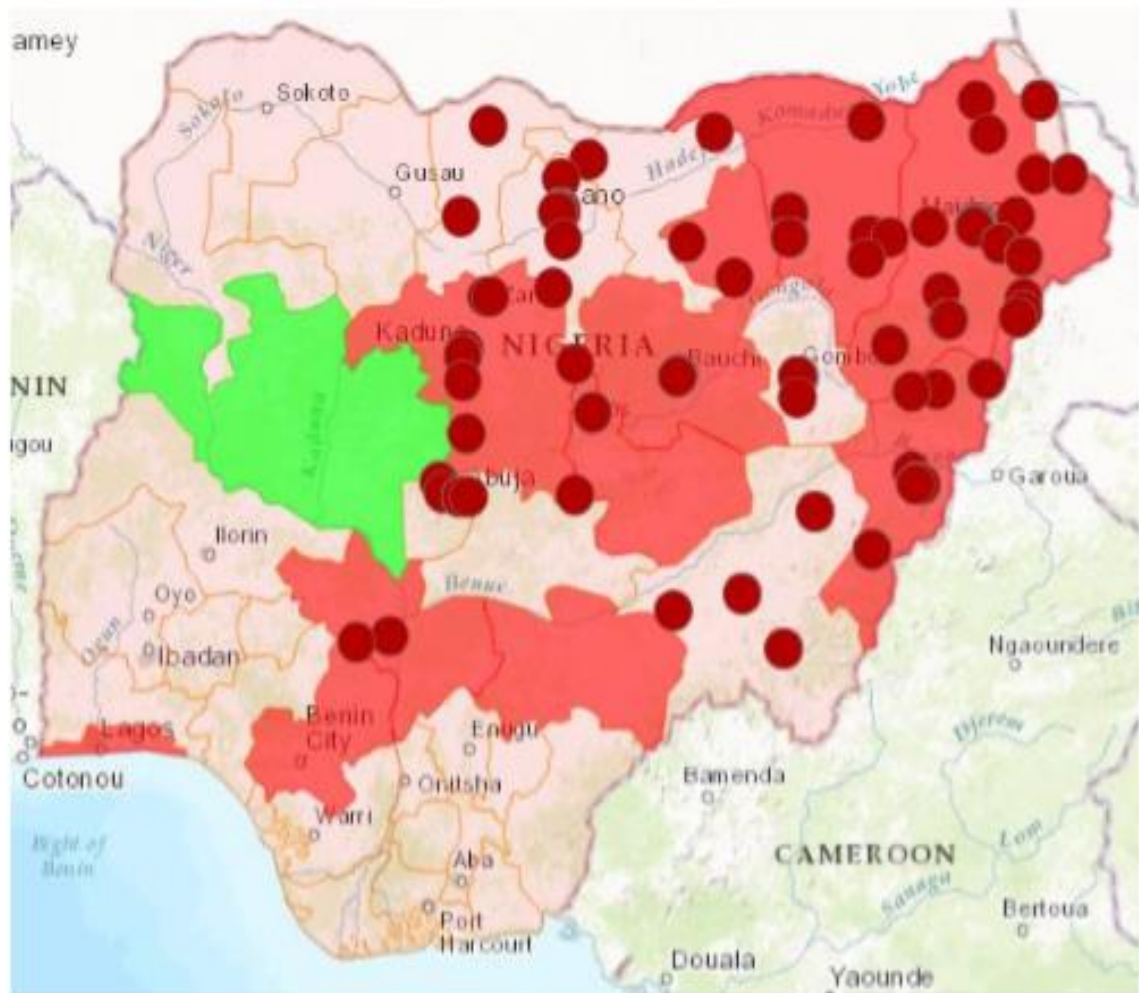


FIGURA 4: Ataques do Boko Haram na Nigéria.
FONTE: Xavier e Fillipi, 2017.